



Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2020.

Ministério de Minas e Energia

Consulta Pública nº. 095 – Plano Nacional de Energia 2050 - PNE 2050.

A ABRAGET encaminha abaixo comentários que julgamos muito relevantes em relação ao PNE 2050, em Consulta Pública no MME.

1. Comentários da ABRAGET

- 1.1. O documento conta com dois cenários base tomando como referência o ano de 2015. O primeiro cenário chamado de “Desafio da Expansão” tem como teor a expansão da infraestrutura e oferta de energia, buscando atender um relevante crescimento da demanda. O segundo cenário é denominado “Estagnação” considera um possível cenário de estagnação futura, com a Covid-19 impedindo a expansão da matriz energética por um período continuado. A maior parte do estudo, porém, trabalha com a conjuntura de expansão da demanda.

- 1.2. O foco do relatório é o cenário “Desafio da Expansão”, por impor ao planejador a necessidade de reforçar e aperfeiçoar os mecanismos e as políticas vigentes, como também buscar soluções que permitam o estabelecimento de uma estratégia de expansão de longo prazo do setor energético, de forma a garantir o fornecimento de energia à sociedade até 2050.

- 1.3. Em um cenário de expansão da carga, o PNE espera um crescimento significativo da fonte eólica. Nas previsões, a matriz alcançaria de 110 GW a 195 GW em termos de capacidade instalada e entre 50 GW a 85 GW médios em termos de energia em 2050. Isso representaria em torno de 22% a 33% da capacidade instalada total ou de 27% a 40% em termos de energia total ao final do período.
- 1.4. Entretanto, não foi realizado estudo de confiabilidade elétrica com o objetivo de verificar os efeitos desta grande expansão de energia intermitente para a segurança elétrica e energética do SIN. A ausência deste tipo de estudo vem resultando, desde o início da expansão de fontes intermitentes, na ampliação do custo de geração e grande volatilidade do PLD.
- 1.5. O PNE 2050 prevê um grande nível de penetração de renováveis. No entanto, é importante saber que toda a matriz que tente se aproximar de um nível de penetração de renováveis elevado, há que considerar a contrapartida da expansão termelétrica, nos montantes a serem planejados, como instrumento de segurança e resiliência do sistema elétrico.
- 1.6. Para o gás natural, o relatório prevê que, em 2050, a molécula de gás natural será negociada a partir de diversas origens, com diferentes graus de flexibilidade, liquidez nos contratos e diversidade de agentes.
- 1.7. A negociação nos hubs levará em conta diversas fontes de oferta. As principais fontes de oferta serão a produção nacional, o gás importado por meio de gasodutos (principalmente da Bolívia e Argentina) e a importação por meio de Gás Natural Liquefeito (GNL).
- 1.8. Por outro lado, observa-se no PNE 2050 não apresenta uma análise mais intensa sobre a integração do setor elétrico e de gás natural. Por ser um planejamento

de longo prazo, o PNE colocado em consulta pública não poderia deixar de abordar a interação entre o setor elétrico e o mercado de gás natural.

1.9. Com relação ao setor elétrico, é de extrema relevância que o planejamento de mais curto prazo analise se há uma otimização do sistema através de um mix de termelétricas flexíveis e inflexíveis. Deve-se destacar que com o aumento do nível de penetração de fontes renováveis, as termelétricas flexíveis cumprirão os requisitos de flexibilidade e segurança, enquanto uma eventual parcela de termelétricas inflexíveis cumprirão o papel de “reservatório equivalente” e segurança.

1.10. Deve-se apenas buscar um mix ótimo da expansão de termelétricas flexíveis e inflexíveis, conforme estudos a serem realizados pela EPE. Obviamente, tal mix dependerá fortemente do preço do gás natural.

1.11. Além disso, conforme bem ressaltado no PNE 2050, por conta dos altos volumes financeiros, prazos extensos de construção e inúmeras incertezas envolvidas na expansão de gasodutos, o planejamento da malha de gasodutos deveria contribuir para ancorar as expectativas e motivar as decisões de investimento dos agentes por meio de estudos indicativos. Deve-se observar que nenhuma expansão indicativa de gasodutos é apontada no PNE 2050.

2. Considerações Finais

2.1. Em primeiro lugar, consideramos ser necessária uma maior participação das Associações / Agentes no processo de elaboração do PNE.

2.2. A matriz energética aliada as novas tecnologias que surgirão, demandará grande qualificação dos futuros profissionais que atuarão no setor. É importante que o PNE aponte, pelo menos de forma indicativa, os maiores requisitos de tais profissionais, bem como a forma de qualificação.

2.3. Necessidade de um planejamento integrado entre os setores elétrico e de gás natural.

2.4. Consideramos fundamental incluir estudos dinâmicos do sistema como forma de garantir a controlabilidade do sistema elétrico.

No momento não temos comentários adicionais. Mais uma vez, agradecemos a atenção e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Xisto Vieira Filho

Presidente da ABRAGET